

DOCUMENTO DE POLÍTICA N.º 22

Programação Convergente e Controle Social das Ações de Governo

Ronaldo Coutinho Garcia

FEVEREIRO DE 1994

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DOCUMENTO DE POLÍTICA N.º 22

Programação Convergente e Controle Social das Ações de Governo

Ronaldo Coutinho Garcia

FEVEREIRO DE 1994

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO

Aécio Gomes de Matos

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

DIRETOR DE PESQUISA

Claudio Monteiro Considera

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira

DOCUMENTO DE POLÍTICA tem o objetivo de apresentar breve discussão sobre determinadas políticas de governo propostas ou em vigor.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS, Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10.º andar

CEP 70.076-900

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17.º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

SINOPSE

- I. INTRODUÇÃO
 - II. ENDEREÇANDO AÇÕES
 - III. HIERARQUIZANDO OBJETIVOS
 - IV. PROGRAMANDO O FUTURO
 - V. PRIORIDADE INICIAL PARA O INTERIOR
 - VI. FINALIZANDO
-

**Programação Convergente e Controle
Social das Ações de Governo**

Ronaldo Coutinho Garcia*

* *Técnico do IPEA*

SINOPSE

Este texto apresenta sugestões para programar e acompanhar as ações dos governos. Sugere que, estrategicamente, é importante combater a miséria nas áreas onde é maior o potencial para implementação de transformações estruturais, como, por exemplo, no meio rural e nos pequenos municípios. Supõe que, em havendo vontade política, é possível eliminar a fome e a miséria em não mais do que dez anos.

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM) contém elementos bastante inovadores, seja para a programação de suas ações, seja para a operacionalização das mesmas. A solidariedade, a parceria e a descentralização deverão ser os princípios orientadores de toda a implementação do plano. Sua essência" é a ação coordenada e simultânea, associada a melhorias na execução — única maneira de ampliar os resultados a serem obtidos com os recursos disponíveis".¹

As ações previstas pelo plano, no entanto, são aquelas contidas no Orçamento Geral da União, programadas antes do seu lançamento e não concebidas para a finalidade que agora lhes é atribuída. A maioria delas é de natureza assistencial (evidentemente necessárias). Outras possibilitam a geração de emprego e renda. Apenas uma pequena parte possui capacidade de promover transformações estruturais, erradicando a miséria. Para que, efetiva e eficientemente, conquiram para o fim desejado, devem ser reorientadas, reprogramadas e submetidas a uma nova lógica: a da equidade. Isto é, primeiro os mais pobres, primeiro o mais amplo, primeiro o mais democrático, o que transforme. Que tudo reduza a desigualdade, que tudo seja relevante e eficiente. Que nada seja desperdiçado.

Todavia, nem esta lógica, tampouco a essência do plano (ação coordenada e simultânea, com melhorias na execução) se implantam automaticamente. Devem ser construídas e implementadas com muito cuidado, sob constante vigilância. A fome e a miséria não surgiram hoje. Resultam de um longo processo que não é mudado com medidas emergenciais (indiscutivelmente necessárias, reafirmo). O que não se deve admitir é que a súbita consciência da existência de milhões de brasileiros famintos e miseráveis conduza a ações improvisadas, ineficientes, ineficazes e até equivocadas. Quem se dedica apenas ao urgente não faz o mais importante.

Na guerra, a estratégia recomenda atacar primeiro os pontos mais fracos (os mais miseráveis) com ações convergentes e simultâneas. Vale dizer: ações emergenciais de todos os tipos, onde forem necessárias, e ações transformadoras em espaços e para públicos selecionados, com criterioso e democrático planejamento, avançando à medida do possível.

As forças envolvidas (governo e ação da cidadania) nesta guerra contra a miséria dispõem de armas e poderes diferentes, mas complementares. Ao Estado é possível tomar iniciativas transformadoras, com relativa autonomia, pois detém os instrumentos para tanto. Evidentemente, a profundidade e extensão das transformações serão proporcionais ao respaldo e aos impulsos que lhe dão a sociedade organizada. A sociedade que se organiza e se mobiliza direciona a ação do Estado e dele obtém as respostas para suas demandas. Difícilmente, porém, ela consegue, de forma direta, promover transformações estruturais. Daí a importância vital da parceria.

O PCFM é um contrato de parceria entre o governo federal e a ação da cidadania. Contratos semelhantes ainda não foram *formalmente* celebrados com os outros níveis de go-

¹ Conforme disposto no *Plano de Combate à Fome e à Miséria* — princípios, prioridades e mapas das ações de governo. Brasília, IPEA, 1993.

verno. E isto é uma necessidade, tendo em vista que o combate a fome e à miséria deve ser meta de toda sociedade e demanda a conjunção de todos os esforços e recursos.

Nesse sentido, e considerando não ter sido ainda formalizadas as parcerias em todos os estados e municípios, e que a convergência e simultaneidade não ocorrem ao acaso, apresentam-se, a seguir, alguns delineamentos estratégicos e considerações metodológicas para a articulação entre os poderes da República, entre os níveis de governo e entre Estado e sociedade civil organizada. São sugestões para se obter a máxima consequência e maior eficiência das ações nesta guerra de muitas batalhas contra a iniquidade social.

II. ENDEREÇANDO AÇÕES

O PCFM apresenta um conjunto de objetivos (geração de emprego e renda, melhoria do poder aquisitivo, apoio ao pequeno produtor rural, promoção da agricultura, da agroindústria e melhoria do abastecimento, redução do custo da cesta básica, distribuição de alimentos, e mobilização da sociedade civil) a ser alcançado pela implementação de diversas ações, sob a responsabilidade do governo (nos três níveis) e da sociedade civil organizada. Estas não de ocorrer descentralizadamente, com estreita articulação entre todos os envolvidos, configurando a parceria desejada. Supõe-se que as ações assistenciais terão ampla cobertura, as emergenciais se destinarão para onde for necessário e as de natureza estrutural para onde for estrategicamente mais relevante.

O Mapa da Fome III² quantifica a população de indigentes, por municípios, em todo o Brasil, permitindo identificar as áreas com maior concentração absoluta de miséria e os municípios com maior proporção de indigentes. Possibilita, além disso, selecionar espaços geográficos para os quais poderiam convergir, concentradamente, ações com impacto suficiente para alterar a realidade iniqua, em um lapso de tempo determinado.

Se for adotado o critério de atacar com ações estruturalmente transformadoras, em primeiro lugar os municípios mais pobres, ou seja, com maior proporção de indigentes (ou, alternativamente, em havendo disponibilidade de recursos, aos municípios com maior população indigente), torna-se possível convergir a atuação de todos os órgãos e entidades responsáveis pelos diversos segmentos que compõem o PCFM. Isto exige que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) selecione o conjunto de municípios, em cada estado, ao qual seriam destinadas todas as ações necessárias, a cargo do governo federal. Os ministérios setoriais e os outros órgãos governamentais programariam, então, suas respectivas atuações, orientadas para os municípios selecionados.

Com tal programação consolidada por estado, o governo federal (Seplan/IPEA), a Secretaria do Consea e a Coordenação da Ação da Cidadania negociariam com os governos estaduais e municipais o compromisso de darem prioridade em suas programações orçamentárias e executivas às ações complementares de suas respectivas responsabilidades, com vistas a alterar, significativamente, o quadro de miséria naquelas localidades. A programação global (dos três níveis de governo) seria o instrumento para mobilizar apoios da sociedade civil, bem como objeto de fiscalização, acompanhamento e avaliação. A programação consolidada seria, ademais, um argumento considerável para nego-

2 Ver PELIANO, Anna Maria T. M., org. *O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios)*. Brasília: IPEA, 1993. 6 p. (Documento de Política/IPEA, n° 17).

ciar o orçamento da União no Congresso Nacional e os dos estados nas assembleias legislativas, evitando emendas casuísticas e clientelísticas.

III. HIERARQUIZANDO OBJETIVOS

Dado o total da população indigente e a atual disponibilidade de recursos, acredita-se ser razoável estipular um prazo de dez anos para erradicar a miséria do país, caso haja compromisso político, perseverança nos propósitos, consistência nas ações e pressão popular suficiente. É evidente que o prazo é uma variável política, e não apenas um dado técnico. Tempo e recursos refletem a prioridade que se concede à tarefa. A extensão do drama social brasileiro, se valesse por si só, não permitiria delongar a sua solução.

Admitindo, como exercício, o prazo referido, poder-se-iam definir ações de caráter geral, a serem implementadas em todo o território nacional, e ações estruturantes concentradas sobre determinadas áreas. Estas últimas poderiam se orientar para os municípios que tivessem maior proporção de indigentes e cuja população indigente somada alcançasse 10% da população total de indigentes de cada estado. Este se mostra um critério interessante por englobar os pequenos municípios do interior, onde as possibilidades de intervenção são maiores e com elevado retorno econômico-social.

Selecionados os municípios, seriam elaborados diagnósticos e propostas de intervenção, ambos contando com a efetiva participação das populações a serem beneficiadas. As ações seriam programadas com a meta de, em um exercício, trazer os indicadores sociais para a média dos estados aos quais pertençam. Naqueles onde é elevada a proporção de indigentes, ou os indicadores sociais são muito baixos, a meta seria trazê-los para a média nacional.

Se a meta nacional da merenda escolar é, por exemplo, fornecer uma certa quantidade de alimentos, por aluno, durante 200 dias ao ano, nos municípios relacionados poderia ser a de atender os requerimentos alimentares nos 365 dias do ano. Todos os alunos em idade escolar seriam matriculados. Se no município há x trabalhadores rurais sem terra, todos deveriam ser assentados em projetos de reforma agrária e a todos concedido financiamento apropriado. Os bancos oficiais deveriam assegurar crédito a todos os pequenos produtores rurais e urbanos, e os programas de irrigação deveriam se dirigir prioritariamente para os mesmos municípios, quando indicados. As estradas necessárias seriam construídas. A rede de energia elétrica se expandiria em direção a estas áreas, ou fontes alternativas seriam implantadas. Os programas de saúde cobririam toda a população, os de habitação e saneamento deveriam suprir todo o déficit existente, e assim por diante. É fundamental a concessão de financiamentos a atividades produtivas, nos municípios selecionados, mediante fundos constitucionais e incentivos fiscais (Fundo de Investimento da Amazônia — Finam — e Fundo de Investimento do Nordeste — Finor) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atuaria nas outras regiões. O Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) financiariam capital de trabalho, empresas associativas, cooperativas, etc. Agroindústrias e outras indústrias rurais seriam incentivadas a se instalarem nas regiões em transformação.

Após um ano, é de se esperar que as condições de vida e trabalho nas áreas selecionadas tenham se alterado significativamente. Teriam sido gerados empregos e ocupações produtivas estáveis, de forma a reduzir a necessidade de medidas assistenciais. A partir deste

ponto, a dinâmica econômica e social das regiões atendidas deveria ser capaz de, com o apoio governamental e da sociedade civil organizada, ir atenuando progressivamente o quadro de indigência. Daí por diante, os municípios beneficiados passariam a receber apenas as ações públicas de caráter geral.

IV. PROGRAMANDO O FUTURO

Para o exercício seguinte seria adotado o mesmo procedimento, dirigindo, concentradamente, as ações transformadoras para o 2º decil, ou seja, o conjunto de municípios com maior proporção de indigente que contivesse os próximos 10% da população indigente. E assim, sucessivamente, até ser atingida a totalidade dessa população, em um prazo de dez anos. É adotada a hipótese de que uma programação convergente e socialmente controlada se mostrará, na prática, mais eficiente e eficaz, possibilitando atingir a meta proposta em um prazo menor do que o exigido pela atuação convencional e, seguramente, a um custo inferior ao das ações conduzidas ordinária e individualizadamente.

A erradicação da miséria deve ser um objetivo nacional, para que possa constar como prioridade em programas de, pelos menos, duas administrações sucessivas, em todos os níveis de governo. E, mais do que isto, e de fundamental importância que as políticas econômicas e as setoriais tenham como critério básico a busca da equidade. Do contrário, não adianta existir um PCFM, pois se prevalecer um estilo de crescimento concentrador e produtor de miseráveis, não haverá ações de combate à fome e à miséria que sejam suficientes.

V. PRIORIDADE INICIAL PARA O INTERIOR

O meio rural brasileiro encontra-se em uma situação extremamente delicada. Nas décadas de 60 e 70, cerca de 30 milhões de habitantes migraram para as cidades. Nos últimos anos a agricultura conheceu uma relativa prosperidade. No entanto, os preços dos alimentos para o produtor sofreram perdas reais, o sistema de extensão rural se debilitou, os investimentos e as ações governamentais no campo foram reduzidos e a fronteira agrícola já estava fechada, pelo menos para os pequenos produtores. Isto é, a relativa prosperidade só existiu para os grandes proprietários e para os produtores organizados ou associados à agroindústria. Durante a década de 80 a população rural sofreu um decréscimo de quase 7% e, atualmente, há indicações de que, em áreas mais dinâmicas das regiões Sul e Sudeste e nas mais atingidas pela seca no Nordeste, está em curso um movimento de concentração da propriedade, com o conseqüente estímulo à migração.

No meio rural vivem 51% dos indigentes do país, ao passo que a população rural representa 25% do total. Ou seja, em termos relativos, há duas vezes mais miséria no campo do que nas áreas urbanas. A maioria dos indigentes (55%) reside em municípios com até 50 mil habitantes, sendo que nos quase três mil municípios com até 20 mil habitantes (em torno de 70% do número total de municípios) encontram-se 28% das famílias indigentes.

Nas cidades, entretanto, o desemprego é elevado e a informalização do mercado de trabalho e das próprias atividades produtivas parece estar chegando ao limite. A distribuição da renda passa pelo maior movimento de concentração da história. As condições de vida das populações mais pobres se deterioram com rapidez. Além disso, os processos de reestruturação, modernização e terceirização na indústria e nas grandes empresas estão fazendo com que a demanda por força de trabalho se reduza, mesmo diante da elevação

do investimento e de crescimento do produto. Em 1993, estima-se um incremento de 10% na produção industrial, enquanto o emprego no setor deve aumentar cerca de 1%.

Isto posto, acredita-se que estrategicamente é da maior importância o diferimento espacial e temporal das ações que impliquem alterações na estrutura de renda, emprego e qualidade de vida. Na medida em que os recursos disponíveis não permitem atacar todos os problemas em todo o país, necessário se torna a eleição de áreas e público prioritários, para fins de programação. Sugere-se que, adotado o critério anteriormente indicado, o meio rural e os municípios com até 20 mil habitantes sejam o alvo das ações concentradas. O sentido do movimento de transformação seria o do interior para as áreas metropolitanas. Assim, não se fomenta a migração, os custos iniciais das ações com vistas a mudanças estruturais são menores e reduz-se, de forma sustentada, a necessidade de medidas assistenciais em área de mais difícil acesso e de operacionalização mais complexa e dispendiosa. Nestas regiões, as iniciativas governamentais e da ação da cidadania mais facilmente produzem resultados transformadores.

VI. FINALIZANDO

Para a implementação desta proposta é necessário, antes de mais nada, que seja atribuída autoridade formal a quem for supervisioná-la. Tal proposta exige uma instância técnica competente, dotada de instrumentos apropriados, informações pertinentes e estrutura suficiente de recursos humanos, financeiros e materiais. Isto é, requer planejamento, acompanhamento, avaliação e, principalmente, muita negociação e articulação. Em contrapartida, os resultados possíveis de serem obtidos deverão ser altamente compensadores, tais como: eficácia e eficiência das políticas públicas, democratização do próprio aparelho estatal, transformações estruturais na economia e na sociedade, ampliação da cidadania, consolidação democrática, etc.

Um outro resultado previsto é a geração de um instrumento inovador para o exercício do controle social da ação governamental. A programação convergente e consolidada, contendo os projetos e atividade dos três níveis de governo a serem realizados em um determinado município, indicando as ações, as metas, os prazos e os recursos, deveria ser pública e amplamente divulgada. Toda a população do município poderia, então, acompanhar e avaliar a execução do proposto. E isto seria algo novo e democrático, um auxílio inestimável para reduzir desvios e malversações e fazer aumentar a eficiência das ações governamentais.

A seguir, será apresentado um mapa com a divisão municipal de um estado tomado como exemplo, onde estão destacados os municípios com maior proporção de indigentes, indicando o 1º e o 2º decis desse tipo de população; uma listagem com todos os municípios, hierarquizados segundo a indigência relativa; e uma proposta de modelo para a programação convergente.

Acredita-se que uma programação como a sugerida pode ser, inclusive, indicação para planejar ações de solidariedade e de assistência técnica por parte de organizações não-governamentais e para a atuação da ação da cidadania. Se os critérios aqui mencionados forem objeto de aceitação, após as devidas críticas e sugestões, poderão ser revistos e detalhados com o propósito de se tornarem operacionais.

MODELO

POSIÇÃO NO RANKING MUNICÍPIO ESTADO FAMÍLIA INDIGENTES (Nº)

PROGRAMAÇÃO PARA 1994

Ações (Projetos e Atividades)	Responsáveis		
	Gov. Federal	Gov. Estadual	Prefeitura
1. Merenda Escolar	FAE	Sec. Educação	Sec. Educação
Alunos: 2.000	2.000	2.000	2.000
Mês: 365 dias/ano	200	100	65
Recursos: US\$ 94.900	US\$ 52.000	US\$ 26.000	US\$ 16.500
2. Habitação	MBES	Sec. Habitação	Sec. Habitação
Família: 570	65%	25%	15%
Mês: 570 casas construídas	342	143	85
Recursos: US\$ 1.720.000	US\$ 1.026.000	US\$ 429.000	US\$ 255.000
3. Assentamento de Trabalhadores Rurais	Incrá	Banco do Brasil	Sec. Agricultura
Famílias: 1.200			Sec. Agricultura
Mês: 1.200 assentadas	700	350	350
Área: 48.000 ha	48.000		
Recursos: US\$ 9.600.000	US\$ 9.600.000		
Financiamento (Proceara)		US\$ 3.120.000	
4. Apoio à Produção Rural			
Eletrificação Rural (230 km)		US\$ 600.000	
Extensão Rural (4.000 famílias)		US\$ 120.000	
Sementes e Mudas		US\$ 10.000	
Comercialização			US\$ 50.000
Outras			US\$ 30.000
5. Estradas			
Secundárias (22 Km)		US\$ 2.200.000	
Vicinais (50 Km)			US\$ 4.500.000

ESTADO DE SERGIPE: ESTIMATIVAS DAS FAMÍLIAS INDIOENTES(1), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, 1990.

CLASSIFICAÇÃO DA INDIOÊNCIA ABSOLUTA

RANK	MUNICÍPIOS	ABSOLUTA	RELATIVA
1	ARACAJU	21.069	23.0
2	LAGARTO	7.040	42.8
3	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	6.169	47.8
4	ITABAIANA	5.807	39.6
5	SÃO CRISTÓVÃO	5.023	45.8
6	ESTÂNCIA	4.380	35.7
7	TOBIAS BARRETO	3.766	44.0
8	SIMÃO DIAS	3.555	47.0
9	ITABAIANINHA	2.896	43.1
10	CAPELA	2.548	44.6
11	PORTO DA FOLHA	2.351	47.3
12	PRÓPRIA	2.334	37.1
13	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	2.198	45.7
14	POÇO REDONDO	2.170	52.1
15	ITAPORANGA D'AJUDA	2.161	47.1
16	BOQUIM	2.119	41.8
17	NEÓPOLIS	2.054	41.4
18	NOSSA SENHORA DAS DORES	1.998	44.7
19	POÇO VERDE	1.781	45.6
20	AQUIDABA	1.752	46.3
21	RIACHÃO DO DANTAS	1.663	43.9
22	LARANJEIRAS	1.634	40.0
23	CAMPO DO BRITO	1.525	47.4
24	SALGADO	1.512	44.2
25	CARIRA	1.474	44.0
26	MARUMI	1.371	40.7
27	PACATUBA	1.367	51.6
28	JAPARATUBA	1.333	43.8
29	INDIAROA	1.325	48.7
30	UMBAÚBA	1.298	40.4
31	RIBEIROPOLIS	1.281	40.4
32	CRISTINAPOLIS	1.281	52.5
33	TOMAR DO GERU	1.271	50.6
34	BARRA DOS COQUEIROS	1.173	39.9
35	ARÉIA BRANCA	1.168	49.2
36	SANTA LUZIA DO ITANHY	1.130	49.8
37	JAPOATA	1.127	47.6
38	SANTO AMARO DAS BROTAS	1.086	45.2
39	ARAUA	1.081	46.7
40	CANINDE DE SÃO FRANCISCO	1.074	49.1
41	GARARU	1.032	46.2
42	FREI PAULO	1.019	43.2
43	MOITA BONITA	994	45.6
44	MALHADOR	973	47.3
45	NOSSA SENHORA APARECIDA	871	49.6
46	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	856	44.5
47	ILHA DAS FLORES	817	47.2
48	RIACHUELO	801	44.2
49	SÃO DOMINGOS	788	47.7
50	BREJO GRANDE	781	46.9
51	PEDRINHAS	696	44.8
52	MURIBECA	648	44.1
53	CARMOPOLIS	638	38.7
54	SIRIRI	637	45.4
55	CEDRO DE SÃO JOÃO	553	46.3
56	MACAMBIRA	553	48.2
57	PIRAMBU	537	49.4
58	ROSÁRIO DO CATETE	535	40.7
59	ITABI	493	47.4

CLASSIFICAÇÃO DA INDIOÊNCIA RELATIVA

RANK	MUNICÍPIOS	ABSOLUTA	RELATIVA
1	CRISTINAPOLIS	1.281	52.5
2	POÇO REDONDO	2.170	52.1
3	PACATUBA	1.367	51.6
4	DIVINA PASTORA	318	50.7
5	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	350	50.6
6	TOMAR DO GERU	1.271	50.6
7	SANTA LUZIA DO ITANHY	1.130	49.8
8	NOSSA SENHORA APARECIDA	871	49.6
9	PIRAMBU	537	49.4
10	ARÉIA BRANCA	1.168	49.2
11	CANINDE DE SÃO FRANCISCO	1.074	49.1
12	CUMBE	365	48.8
13	SANTA ROSA DE LIMA	365	48.8
14	SÃO FRANCISCO	551	48.7
15	INDIAROA	1.325	48.7
16	MACAMBIRA	553	48.2
17	NOSSA SENHORA DE LOURDES	472	48.2
18	CANHOBA	418	48.2
19	PEDRA MOLE	212	47.9
20	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	6.169	47.8
21	SÃO DOMINGOS	788	47.7
22	JAPOATA	1.127	47.6
23	ITABI	493	47.4
24	CAMPO DO BRITO	1.525	47.4
25	MALHADOR	973	47.3
26	PORTO DA FOLHA	2.351	47.3
27	ILHA DAS FLORES	817	47.2
28	ITAPORANGA D'AJUDA	2.161	47.1
29	SIMÃO DIAS	3.555	47.0
30	BREJO GRANDE	781	46.9
31	ARAUA	1.081	46.7
32	MALHADA DOS BOIS	269	46.6
33	CEDRO DE SÃO JOÃO	553	46.3
34	AQUIDABA	1.752	46.3
35	GARARU	1.032	46.2
36	SÃO CRISTÓVÃO	5.023	45.8
37	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	2.198	45.7
38	AMPARO DE SÃO FRANCISCO	216	45.7
39	FEIRA NOVA	448	45.7
40	MOITA BONITA	994	45.6
41	POÇO VERDE	1.781	45.6
42	SIRIRI	637	45.4
43	SANTO AMARO DAS BROTAS	1.086	45.2
44	PEDRINHAS	696	44.8
45	NOSSA SENHORA DAS DORES	1.998	44.7
46	CAPELA	2.548	44.6
47	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	856	44.5
48	SALGADO	1.512	44.2
49	RIACHUELO	801	44.2
50	MURIBECA	648	44.1
51	TOBIAS BARRETO	3.766	44.0
52	CARIRA	1.474	44.0
53	RIACHÃO DO DANTAS	1.663	43.9
54	TELHA	216	43.8
55	JAPARATUBA	1.333	43.8
56	FREI PAULO	1.019	43.2
57	ITABAIANINHA	2.896	43.1
58	GENERAL MAYNARD	206	43.0
59	LAGARTO	7.040	42.8

ESTADO DE SEROÍPE: ESTIMATIVAS DAS FAMÍLIAS INDIGENTES(1), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, 1990.

CLASSIFICAÇÃO DA INDIGÊNCIA ABSOLUTA

RANK	MUNICÍPIOS	ABSOLUTA	RELATIVA
60	NOSSA SENHORA DE LOURDES	472	41,2
61	FEIRA NOVA	448	45,7
62	GRACHO CARDOSO	441	40,0
63	CANHOBA	418	41,2
64	SANTA ROSA DE LIMA	365	41,1
65	CUMBE	365	41,8
66	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	350	50,6
67	PINHAO	340	35,0
68	DIVINA PASTORA	318	50,7
69	MALHADA DOS BOIS	289	46,6
70	SÃO FRANCISCO	231	48,7
71	AMPARO DE SÃO FRANCISCO	216	45,7
72	TELHA	216	43,8
73	PEDRA MOLE	212	47,9
74	GENERAL MAYNARD	206	43,0

CLASSIFICAÇÃO DA INDIGÊNCIA RELATIVA

RANK	MUNICÍPIOS	ABSOLUTA	RELATIVA
60	BOQUIM	2.119	41,1
61	NEOPOLIS	2.054	41,4
62	MARUM	1.371	40,7
63	ROSÁRIO DO CATETE	535	40,7
64	UMBAUBA	1.298	40,4
65	RIBEIROPOLIS	1.281	40,4
66	GRACHO CARDOSO	441	40,0
67	LARANJEIRAS	1.634	40,0
68	BARRA DOS COQUEIROS	1.173	39,9
69	ITABAIANA	5.807	39,6
70	CARMOPOLIS	638	31,7
71	PRÓPRIA	2.334	37,3
72	ESTANCIA	4.180	35,7
73	PINHAO	340	35,0
74	ARACAJU	21.069	23,0

Fonte: PELIANO, Anna Maria T. M., org. O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios). Brasília: IPEA, 1993, 6 p. (Documento de Política/IPEA, nº 17).

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1992 / 1993

TEXTO PARA DISCUSSÃO TD

- N.º 241 "Qualidade, Eficiência e Equidade no Ensino de 1.º grau: Elementos para Reflexão e Debate", Antonio Augusto de Almeida Nelo e José Parente Filho, janeiro 1992, 27p.
- N.º 244 "Dumping e o MERCOSUL", Luís Augusto Pereira Souto-Maior", fevereiro 1992, 14 p.
- N.º 245 "Uma Avaliação dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária no Período 1980/1989", Ruy Silva Pessoa, março 1992, 15 p.
- N.º 246 "Exportação: Índices Setoriais para o Período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, março 1992, 25 p.
- N.º 247 "Liberalização Comercial, Distribuição e Emprego", Edward J. Amadeo e José Márcio Camargo, março 1992, 18 p.
- N.º 248 "Loss in Forest Resource Values Due to Agricultural Land Conversion in Brazil", Ronaldo Serôa da Motta e Peter Herman May, março 1992, 23 p.
- N.º 249 "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil 1985-1990, José Rildo de Medeiros Guedes, Eduardo Felipe Ohana e Carlos Mussi, abril 1992, 47 p. + anexos.
- N.º 250 "Previsões de Séries Econômicas com Modelos Bayesianos Univariados. Ana Beatriz S. Monteiro, Hélio S. Migon e Ajax R. B. Moreira, abril 1992, 29 p.
- N.º 251 "Proposta de um Referencial Básico para a Discussão da Seguridade Social", Francisco Eduard B. de Oliveira, abril 1992, 28 p.
- N.º 252 "Considerações sobre o Sucateamento da Rede Pública e Privada de Saúde, André Cezar Médici e Francisco E. B. de Oliveira, abril 1992, 17 p.
- N.º 253 "Os Programas de Alimentação e Nutrição para Mães e Crianças no Brasil", Anna Maria Medeiros Peliano, abril 1992, 22 p.
- N.º 254 "A Equação da Restrição Orçamentária do Governo: uma resenha de usos e interpretações", José W. Rossi, abril 1992, 48 p.
- N.º 255 "Setor Público Federal no Brasil: despesas com pessoal e alguns comentários sobre a isonomia salarial", Eduardo Felipe Ohana, Carlos H. F. Mussi e Ana Lúcia Dezolt, maio 1992, 16 p..
- N.º 256 "Technological Progress and Diffusion: decomposing total factor productivity growth in brazilian manufacturing", Armando Castelar Pinheiro, May 1992, 40 p.
- N.º 257 "Indicadores de Competitividade das Exportações: resultados setoriais para o período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, Ajax Reynaldo Bello Moreira e Maria Helena Horta, maio 1992, 60 p.
- N.º 258 "Perdas e Serviços Ambientais do Recurso Água para Uso Doméstico", Ronaldo Serôa da Motta, Ana Paula Fernandes Mendes, Francisco Eduardo Mendes, Carlos Eduardo Firckkmann Young, maio 1992, 39 p.
- N.º 259 "Inflação e Hiato de Produto: Experiências e Sugestões", Carlos H. F. Mussi e Eduardo Felipe Ohana, maio 1992, 18 p.
- N.º 260 "Capital Estrangeiro no Brasil: Expectativas quanto à Reversão de Comportamento", Damiel Lafeté, maio 1992, 11 p.
- N.º 261 "As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, maio 1992, 62 p.
- N.º 262 "Experiências Espanholas e Francesas em Programas de Qualidade", Antonio Carlos da R. Xavier e Luis Fernando Tironi, junho 1992, 18 p.
- N.º 263 "Indicadores da Qualidade e Produtividade _ um relato de experiências no setor público", Luís Fernando Tironi, Ademar Kiyotoshi Sato, Bolivar Pêgo Filho, Jorge Conrado Kosak, Roberto Sant'Anna Mattos, Ruy Silva Pessoa e Sérgio Francisco Piola, junho 1992, 24 p.
- N.º 264 "As Políticas de Concorrência (ou Antitruste): um panorama da experiência mundial e sua atualidade para o Brasil", Lúcia Helena Salgado, junho 1992, 44 p.
-

-
- N.º 265 "An Econometric Model of Amazon Deforestation", Eustáquio José Reis e Rolando M. Gusmán, junho 1992, 27 p.
- N.º 266 "A Colonização Sustentável na Amazônia", Anna Luiza Ozório da Almeida, Angela Moulin S. Penalva Santos, Adriana Freilas Alves e Maria da Piedade Moraes, julho 1992, 109 p.
- N.º 267 "Efeitos Dinâmicos dos Choques de Oferta e Demanda Agregada sobre o Nível de Atividade Econômica do Brasil", Elycon Caiado Rocha Lima, Hélio S. Migon e Hedibert Freitas Lopes, julho 1992, 32 p.
- N.º 268 "Projetos de Irrigação no Vale do Baixo São Francisco", José Ancelmo de Góis, Maria de Fátima Araújo Paiva e Sônia Maria Goes Tavares, julho 1992, 40 p.
- N.º 269 "A Evolução do MERCOSUL no período de Transição: hipóteses alternativas e cenários", Pedro Molta Veiga, março 1992, 45 p.
- N.º 270 "Uma Análise dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária Federal nos Anos Oitenta", Ruy Silva Pessoa, junho 1992, 17 p.
- N.º 271 "Flexibilidade e Mercado de Trabalho: Modelos Teóricos e a Experiência dos Países Centrais Durante os Anos 80", Carlos Alberto Ramos, agosto 1992, 51 p.
- N.º 272 "Produtividade e heterogeneidade de Tamanho na Indústria de Transformação Brasileira: (1980-1985)", Mercedes Magdalena Lizardo Espinal, agosto 1992, 76 p.
- N.º 273 "Transporte Urbano de Passageiros: a tarifa como fonte de recursos", Iêda Maria de O Lima, setembro 1992, 17 p.
- N.º 274 "O Que Demonstram os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida", Luis Carlos Eichenberg Silva (Coord.), agosto 1992, 49 p.
- N.º 275 "Reshaping U.S. Foreign Policy in the 90's: a view from the periphery", Luis Fernando de Lara Resende, setembro 1992, 22 p.
- N.º 276 "As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e a Organização do Trabalho, dos Métodos aos Resultados", Serge Volkoff, setembro 1992, 26 p.
- N.º 277 "Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho", Helena Sumiko Hirata e Mário Sérgio Salemo, setembro 1992, 20 p.
- N.º 278 "Poor and Non-Poor in the Brazilian Labor Market", Sonia Rocha, outubro 1992, 14 p.
- N.º 279 "A Note on Temporal Evolution of the Relationship Between Wages and Education Among Brazilian Prime-Age Males: 1976-1989", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, outubro 1992, 28 p.
- N.º 280 "Mobilidade de Renda no Brasil: 1981/1989", Ricardo Paes de Barros, Lauro Ramos e José Guilherme de Almeida Reis, outubro 1992, 22 p.
- N.º 281 "The 'Abertura' in Brazil: the Day-After of the Brazilian Intelligence 'Monster'", L. A. Bittencourt Emílio, novembro 1992, 16 p.
- N.º 282 "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano no Biênio 1989/1990", Edgar Bastos de Souza (org.), novembro 1992, 25 p. + anexos
- N.º 283 "O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais", Edgard Antônio Pereira e Ricardo Romano, dezembro 1992, 21 p + anexos
- N.º 284 "A Desregulamentação do Setor Transportes: o caso do subselador portuário", Newton Raballo de Castro Junior e Philippe Lamy, novembro 1992, 45 p.
- N.º 285 "Técnicas Empíricas de Decomposição: uma abordagem baseada em simulações contrafactuais", Ricardo Paes e Barros, Renata Jeronymo, Rosane Mendonça, Valéria Pero, Eleonora Santos e Cláudia Trindade, dezembro 1992, 23 p.
- N.º 286 "A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960", Ricardo Paes e Barros e Rosane Mendonça, dezembro 1992, 30 p.
- N.º 287 "Desempenho Exportador, Regulamentação Internacional e Privatização: o caso da siderurgia brasileira", Mário M. C. Mesquita e Leane C. Naidim, dezembro 1992, 51 p.
- N.º 288 "Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70", Régis Bonelli e Lauro Ramos, janeiro 1993, 32 p.
- N.º 289 "Current Status of water Pollution Control in Brazil", Ronaldo Serda, Guilhermino O. Filho, Francisco Eduardo Mendes, Cynthia A. Nascimento, fevereiro 1993.
-

-
- N.º 290 "Sistemas e Instrumentos de Estímulos às Exportações nos Países do Mercosul", Eduardo Augusto Guimarães, coord., janeiro 1993, 28 p. + anexo.
- N.º 291 "Informal Labor Contracts: A Solution or a Problem?", Ricardo Barros, Ricardo Mello, Valéria Pero, janeiro 1993.
- N.º 292 "Salvaguardas: Achegas a uma Nova Legislação Comun aos Países do Mercosul", Luiz A. P. Souto Maior, 24 p.
- N.º 293 "Fontes de Financiamento para a Infra-Estrutura Rodoviária Federal: necessidade de recomposição", Ruy Silva Pessoa, fevereiro 1993, 12 p. + anexo
- N.º 294 "Income Inequality in Education, and Children's Schooling Attainment in Brazil", Ricardo Paes de Barros e David Lam, março 1993, 35 p.
- N.º 295 "Modernização Tecnológica e Formação Técnico-Profissional no Brasil: impasses e desafios", Tereza Cristina Kirschner, março 1993, 54 p. + anexo.
- N.º 296 "Sistema de Informações: transporte coletivo urbano de passageiros", Lúcia Malnati Panariello, março 1993, 2 v.
- N.º 297 "Aspectos Políticos e Econômicos das Receitas e dos Gastos Públicos no Brasil", Nilson Holanda, abril 1993, 42 p.
- N.º 298 "Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: the 1980", Eliana Cardoso, Ricardo Paes de Barros e André Urani, abril 1993, 29 p.
- N.º 299 "The Challenge of Reforming Social Security in Latin America", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, maio 1993, 39 p.
- N.º 300 "Incentivos Fiscais e Creditícios às Exportações Brasileiras: resultados setoriais para o período 1980-91", Armando Castelar Pinheiro, Cláudia Pio Borges, Sonia Zagury e Mário Mesquita, maio 1993, 39 p.
- N.º 301 "Agregação Monetária com o Índice Divisa: aplicação ao caso brasileiro", José W. Rossi, maio 1993, 27 p.
- N.º 302 "Inflação e Variabilidade dos Preços Relativos com Abordagem Novo-Clássica: teoria e evidência empírica para o Brasil", José Coelho Matos Filho, junho 1993, 51 p. + anexos
- N.º 303 "A Moderna Tributação do Consumo", Fernando Rezende, junho 1993, 39 p. + anexos
- N.º 304 "Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano. Habitação e Saneamento em 1991", Edgar Bastos de Souza, Dilma Selvi Pena Pereira, Aldo Moreira Lima e Emmanuel Cavalcanti Porto, junho 1993, 22 p. + anexos
- N.º 305 "Ações Governamentais para a Qualidade e Produtividade nos EUA: relatório de viagem", Luis Fernando Tironi e Fábio Ferreira Balista, junho 1993, 17 p.
- N.º 306 "Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92", Armando Castelar Pinheiro, junho 1993, 29 p.
- N.º 307 "Unequal Opportunity to Survive, Education and Regional Disparities in Brazil", Ricardo Paes de Barros e Diana Sawyer, julho 1993, 20 p.
- N.º 308 "Poverty and Public Utilities Pricing", Thompson Almeida Andrade, julho 1993, 26 p.
- N.º 309 "Comércio: fronteira de negócios na colonização da Amazônia", Angela Moulin S. Penaiva Santos, julho 1993, 48 p.
- N.º 310 "Poverty Among Female-Headed Households in Brazil", Ricardo Paes de Barros, Louise Fox e Rosane Silva Pinto de Mendonça, agosto 1993, 41 p.
- N.º 311 "Regional Disparities in Education Within Brazil: the role of quality of education", Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça e James Alan Shope, agosto 1993, 9 p.
- N.º 312 "A Desregulamentação do Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: potencial e limitações", Jorge Jalobá e Everardo Gaspar Lopes de Andrade, agosto 1993, 28 p.
- N.º 313 "Condições e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira: relatório final", Gesner Oliveira (coord.), setembro 1993, 35 p. + anexos.
- N.º 314 "Descentralização: um lema complexo", Ademar K. Sato, outubro 1993, 20 p.
- N.º 315 "Construção de uma Matriz Energética para o Brasil", Roberto Luis Olinto Ramos, Ajax R. B. Moreira e Marco Antônio Rosa, setembro 1993, 72 p.
- N.º 316 "Universalização com Qualidade: uma proposta de reorganização do sistema de saúde no Brasil", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, outubro 1993, 22 p.
-

- N.º 317 "Human Resources in the Adjustmens Process", Edward Amadeo, Ricardo Paes de Barros, José Márcio Camargo, Rosane Silva Pinto de Mendonça, Valéria Pero e André Urani, outubro 1993, 89 p.
- N.º 318 "Intra-Estrutura, Comercialização e Competitividade da Agricultura Brasileira", Léo da Rocha Ferreira, Heloisa Lee Bumquist e Danilo Rolim, outubro 1993, 63 p.
- N.º 319 "Desregulamentação do Setor Transporte: o subsector transporte aéreo de passageiros", Newton de Castro e Philippe Lamy, outubro 1993, 58 p.
- N.º 320 "Quem Ganha Salário Mínimo no Brasil?", José Guilherme A. Reis e Lauro Ramos, outubro 1993, 19 p.
- N.º 321 "Ensino Superior no Brasil 1980-1991", Edlamar Balista, outubro 1993, 34 p.
- N.º 322 "Avaliação e Agenda do Programa Nacional de Desestatização", Oclávio A. F. Tounnho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 38 p.
- N.º 323 "Brazilian Privatization in the 1990s", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, outubro 1993, 36 p.
- N.º 324 "Motivação e Estrutura do Programa Nacional de Desestatização", Oclávio A. F. Tounnho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 31 p.
- N.º 325 "A Demanda por Moeda no Brasil: uma análise de co-integração", José W. Rossi, novembro 1993, 14 p.
- N.º 326 "Recursos Humanos e a Difusão e Adaptação de Novos Métodos para a Qualidade no Brasil", Afonso Fleury e John Humphrey (coords.), dezembro 1993, 53 p.
- N.º 327 "Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: desempenho e competitividade", Regis Bonelli, janeiro 1994, 35 p.
- N.º 328 "Searching for the Determinants of the Level of Social Welfare in Latin America", Ricardo Barros e José Márcio Camargo, janeiro 1994, 38 p.
- N.º 329 "A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80", George Martine, janeiro 1994, 43 p.
- N.º 330 "Reforma da Previdência Social: uma análise comparativa das propostas", Luiz Alberto Lino e Marcus José Reis Câmara, fevereiro 1994, 22 p.

RELATÓRIO INTERNO RI

Nota: Esta série, Relatório Interno, mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber

Diretoria Executiva

- N.º 01/92 "Indústria Automobilística Brasileira: situação atual, perspectivas e sugestões para sua reestruturação", Ruy Quadros de Carvalho, junho 1992, 6 p.
- N.º 02/92 "A Inflação Esperada em 1992: simulações", Luiz Zottmann, julho 1992, 5 p.
- N.º 03/92 "Imposto sobre Transações Financeiras: reflexões e simulações", Luiz Zottmann, agosto 1992, 6p.

Diretoria de Pesquisa

- N.º 01/92 "Adam Smith, Gerson e a Cooperação", Fábio Stefano Erber, junho 1992, 13 p.
- N.º 02/92 "O Sistema de Saúde Chileno: Mitos e Realidades", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, agosto 1992, 105 p.
- N.º 03/92 "Proposta de um Modelo de Seguridade Social", Francisco E. B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e André Cezar Medici, agosto 1992, 38 p.
- N.º 04/92 "A Dimensão do Setor Saúde no Brasil", André Cezar Medici e Francisco E. B. de Oliveira, agosto 1992, 72 p.
- N.º 05/92 "Mudanças Estruturais e Políticas Industriais", Fábio Erber, agosto 1992, 16 p.

Diretoria de Administração e Desenvolvimento Institucional

- N.º 01/93 "O Brasil e a Presença Militar dos Estados Unidos na Guiana", Luiz Cezar Loureiro de Azevedo, outubro 1993, 04 p.

Diretoria de Políticas Públicas

- N.º 01/92 "Implantação de um Sistema de Gerência da Qualidade Total", Antônio Carlos Da Ressurreição Xavier e Rosa Mary Longo, setembro 1992, 2p.
- N.º 01/93 "Qualidade Total na Área de Serviços: como implantar um programa de melhoria contínua no setor público", junho 1993, 5 p.

Coordenação de Política Macroeconômica _ CPM

- N.º 01/92 "Saldo da Balança Comercial: atualização das projeções e simulações para o ano de 1992". Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, março 1992, 1 p.
- N.º 02/92 "A Política de Juros e o Fluxo de Capitais Externos: Existe um Problema?", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3p.
- N.º 03/92 "A Capacidade de Pagamento do Setor Público: um Conceito Operacional". Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3 p.
- N.º 04/92 "A Balança Comercial em 1992: atualização das Previsões e Simulações", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, maio 1992, 1 p.
- N.º 05/92 "Atualização das Previsões e Simulações para as Exportações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, junho 1992, 1 p.
- N.º 06/92 "A Balança Comercial Brasileira: Atualização das Projeções para o Ano de 1992". Mary de Melo Souza, julho 1992, 1 p.
- N.º 07/92 "O Saldo Comercial do Brasil em 1992: Projeções Atualizadas". Mary de Melo Souza, agosto 1992, 2 p.
- N.º 08/92 "Revisão das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, setembro 1992, 3 p.
- N.º 09/92 "Reforma do Sistema Financeiro Nacional", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, dezembro 1992, 6 p.
- N.º 10/92 "Atualização das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, dezembro 1992, 3 p.
- N.º 01/93 "O Comportamento Previsto para a Produção Industrial em 1993, de Acordo com Modelos Função Transferência", Mary de Melo Souza, março 1993, 3 p.
- N.º 02/93 "Indicadores Antecedentes e Simulações para as Exportações e Importações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza, julho 1993, 3p.
- N.º 03/93 "Setor Produtivo Privado: indicadores econômico-financeiros (1986/92), Paulo Zolhof, agosto 1993, 4 p.
- N.º 04/93 "Comentários sobre a Privatização do Setor Estatal no Brasil", Paulo Zolhof, dezembro 1993, 2 p.
- N.º 05/93 "Planejamento e a Organização do Estado: uma breve reflexão", Paulo Zolhof e Rui S. Passoa, dezembro 1993, 2 p.
- N.º 01/94 "A Inflação Brasileira e o Recente Plano de Estabilização". José Coelho Matos Filho, janeiro 1994, 3 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações _ CDTI

- N.º 01/92 "O Saldo da Balança Comercial: simulação preliminar para o ano de 1992 _ um sinalizador para a política econômica", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1992, 1p.
- N.º 02/92 "O Saldo da Balança Comercial : análise retrospectiva e simulação preliminar para o ano de 1992". Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, fevereiro 1992, 2p.

Coordenação de Política Social _ CPS

- N.º 01/92 "FGTS, Questões Atuais", Roberto A. Zomboni, setembro 1992, 5 p.
- N.º 02/92 "Descentralização Tutelada", Solon Magalhães Vianna, setembro 1992, 5 p.
- N.º 03/92 "Programas de Alimentação e Nutrição para as Crianças e Adolescentes. Qual o Destino?", Anna Maria Peliano e Nathalie Beghin, outubro 1992, 3 p. + anexo.
-

- N.º 04/92 "Índice da Qualificação do Corpo Docente das Universidades Brasileiras", Raulino Tramontin, outubro 1992, 25 p.
- N.º 05/92 "O Novo Padrão de Gerenciamento do Setor Público: As Organizações Para Governamentais e a Alimentação dos mais Pobres no DF", Anna Maria Peliano, novembro 1992, 03 p.
- N.º 06/92 "A Descentralização da Merenda Escolar", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 4 p.
- N.º 07/92 "O Papel do Estado na Área de Alimentação e Nutrição", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 10 p.
- N.º 08/92 "Brasil: Indicadores Sociais". Solon Magalhães Vianna, coord., novembro 1992, 14 p. + anexos
- N.º 09/92 "Gestão do Financiamento do Setor Público", Dilma Selt Pena Pereira, dezembro 1992, 5 p.
- N.º 10/92 "Alocação de Recursos, Eficiência, Equidade e Qualidade no Ensino Fundamental: uma estratégia de ação para o governo federal", Antonio Carlos da Ressureição Xavier e José Amaral Sobrinho, dezembro 1992, 4 p.
- N.º 01/93 "Alguns Desafios Atuais da Formação de Professores de Educação Básica", Pedro Demo, maio 1993, 7 p.
- N.º 02/93 "A Política de Assistência Social para o Idoso no Brasil", Maria das Dores Gonçalves, junho 1993, 5 p.
- N.º 03/93 "Transformação Produtiva com equidade: a proposta da Cepal pode ser útil para o Brasil", Ronaldo Coutinho Garcia, outubro 1993, 08 p.
- N.º 01/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Pará: parceria estado-município", Mayra Lumy Tapia, fevereiro 1994, 03 p.
- N.º 02/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Tocantins: parceria estado-município", Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 02 p.
- N.º 03/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Acre: parceria estado-município", Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 03 p.
- N.º 04/94 "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Amazonas: parceria estado-município", Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 04 p.

Coordenação de Política Setorial _ CPS

- N.º 01/93 "Propostas para o Novo Plano Nacional de Viação _ PNV", Ruy Silva Pessoa, janeiro 1993, 5 p.

Coordenação de Desenvolvimento Institucional _ CDI

- N.º 01/93 "Programa da Qualidade e Produtividade: realidade ou utopia", Rose Mary Juliano Longo, fevereiro 1993, 3 p.

CADERNO DE ECONOMIA _ CE

- N.º 11/92 "Tendências da Reestruturação da Indústria nos Países Desenvolvidos no Anos 80", Mariano Francisco Laplane, outubro 1992, 158 p.
- N.º 12/92 "Um 'Mal Necessário'? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Renato Sérgio Jamil Maluf, novembro 1992, 238 p.
- N.º 13/93 "Pobreza: conceito e mensuração", Maurício Costa Romão, fevereiro 1993, 209 p.
- N.º 14/93 "Tasa de Cambio Real Efectiva y Exportaciones Brasileñas de Productos Manufacturados", Gloria Canales Viana, novembro 1993, 42 p. + anexos

DOCUMENTO DE POLÍTICA _ DP

- N.º 07/92 "Análise Econômico _ Financeira dos Bancos Estaduais". José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, 1992, 19p. + anexos.
- N.º 08/92 "As Contribuições Sociais de Empregadores e Trabalhadores: repercussões sobre o mercado de trabalho e grau de evasão", Sandra Cristina F. de Almeida, 1992, 27 p. + anexos.
- N.º 09/92 "A Política de Medicamentos no Brasil," André César Médici, Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco da Oliveira, março 1992, 88p.

-
- N.º 10/92 "A Política Salarial no Governo Collor: padrões de Negociação entre o executivo e legislativo", Maria Helena de Castro Santos, Maria das Graças Rua e Carlos R. Pio da Costa Filho, junho 1992, 27p.
- N.º 11/92 "Segurança Social: proposta de reforma constitucional", André César Médici, Francisco de Oliveira e Kaizo Beltrão, junho 1992, 11 p.
- N.º 12/92 "Propostas de Política Social", Anna Maria Peliano (Coord.), outubro 1992, 57 p.
- N.º 13/93 "Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de educação e saúde". Edson Nunes e José Brakarz, março 1993, 44 p.
- N.º 14/93 "O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), março 1993, 9 p. + anexos.
- N.º 15/93 "O Mapa da Fome II: informações sobre a indigência por municípios da federação", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), maio 1993, 7 p. + anexos
- N.º 16/93 "Projeto do Banco Central Independente", José Romeu de Vasconcelos, maio 1993, 16 p.
- N.º 17/93 "O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios)", Anna Maria T. M. Peliano, (coord.), agosto 1993, 6 p. + anexos.
- N.º 18/93 "Os Estudos de Impactos Ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade", Severino Soares Agra Filho, outubro 1993, 73 p. + anexos.
- N.º 19/93 "O Mapa da Criança: a indigência entre as crianças e os adolescentes", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), novembro 1993, 16 p. + anexos
- N.º 20/93 "O Mapa da Criança II: a indigência entre as crianças e os adolescentes". Anna Maria T. M. Peliano (coord.), novembro 1993, 6 p. + anexos.
- N.º 21/93 "Vendedores de Ilusões", Francisco E. B. de Oliveira e Kaizo Iwakami Beltrão, janeiro 1994, 7 p.
-

